

ASSENTADOS RURAIS: POLÍTICA E IDEAIS REPUBLICANOS EM CONTEXTO NÃO INSTITUCIONALIZADO

RURAL SETTLERS: REPUBLICAN POLITICS AND IDEALS IN A NON-INSTITUTIONALIZED CONTEXT

COLONOS RURALES: POLÍTICA E IDEALES REPUBLICANOS EN UN CONTEXTO NO INSTITUCIONALIZADO

Bruno Jose Smek¹
João Edmilson Fabrini²

RESUMO: Este artigo investiga como as experiências e condições dos assentados rurais influenciam seu engajamento político e apreço condicional pelos ideais republicanos em contextos de política não institucionalizada. Focando nos assentamentos rurais do oeste do Paraná, a pesquisa explora as motivações e os fatores que moldam o comportamento político desses assentados, destacando sua participação em formas de política que se manifestam de acordo com suas necessidades e conveniências. Ao examinar a história das lutas pela terra e o papel de movimentos como o MST, o artigo oferece uma análise detalhada das dinâmicas entre política e reforma agrária no Brasil, contribuindo para um entendimento mais profundo das interações entre esses elementos.

1

Palavras-chave: Assentados Rurais. Engajamento Político. Política Não Institucionalizada. Reforma Agrária. Movimentos Camponeses.

ABSTRACT: This article investigates how the experiences and conditions of rural settlers influence their political engagement and conditional appreciation for republican ideals in non-institutionalized political contexts. Focusing on rural settlements in western Paraná, the research explores the motivations and factors that shape the political behavior of these settlers, highlighting their participation in forms of politics that manifest themselves according to their needs and conveniences. By examining the history of struggles for land and the role of movements such as the MST, the article offers a detailed analysis of the dynamics between politics and agrarian reform in Brazil, contributing to a deeper understanding of the interactions between these elements.

Keywords: Rural Settlers. Political engagement. Non-institutionalized politics. Agrarian reform peasant movements.

¹Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPG-DRS, Unioeste); Formação em Gerenciamento de Projetos - Gestão Pública pela Fundação Parque Tecnológico de Itaipu - FPTI (2019); Bacharel em Direito pela Faculdade Educacional de Medianeira (2019); Bacharel em Administração pela Universidade Anhanguera (2013).

²Graduação: Geografia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - 1988, Mestrado: Geografia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP - 1996 Doutorado: Geografia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP - 2002. Pós-Doutorado: Geografia Agrária - Universidad de La Habana Áreas de Atuação: Movimentos Sociais no Campo / Reforma Agrária.

RESUMEN: Este artículo investiga cómo las experiencias y condiciones de los pobladores rurales influyen en su participación política y en su apreciación condicional de los ideales republicanos en contextos de política no institucionalizada. Centrándose en los asentamientos rurales del oeste de Paraná, la investigación explora las motivaciones y los factores que configuran el comportamiento político de estos pobladores, destacando su participación en formas de política que se manifiestan según sus necesidades y conveniencias. Al examinar la historia de las luchas por la tierra y el papel de movimientos como el MST (Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra), el artículo ofrece un análisis detallado de la dinámica entre la política y la reforma agraria en Brasil, contribuyendo a una comprensión más profunda de las interacciones entre estos elementos.

Palabras clave: Colonos Rurales. Participación Política. Política No Institucionalizada. Reforma Agraria. Movimientos Campesinos.

I. INTRODUÇÃO

A organização dos assentamentos rurais envolve não apenas questões de regularização fundiária, mas também aspectos políticos e sociais complexos. Este artigo investiga como os assentados rurais, enquanto sujeitos políticos, desenvolvem um apreço condicional pelos ideais republicanos, participando de uma política não institucionalizada que se manifesta quando lhes convém. Ao explorar essas dinâmicas, buscamos entender as motivações e os fatores que influenciam esse comportamento, contribuindo para um entendimento mais profundo das interações entre política e reforma agrária no Brasil.

2

Historicamente, os camponeses têm desempenhado um papel crucial nas lutas pela terra e na construção de assentamentos rurais no Brasil. Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) têm sido fundamentais na organização dessas comunidades e na reivindicação de direitos. No entanto, o engajamento político desses grupos nem sempre segue os padrões institucionais convencionais. Em vez disso, os camponeses frequentemente se envolvem em formas de política não institucionalizada, moldando sua participação de acordo com suas necessidades e conveniências.

A questão central deste artigo é: como as experiências e condições dos assentados rurais influenciam seu engajamento político e apreço condicional pelos ideais republicanos em contextos de política não institucionalizada?

O objetivo deste artigo é analisar como as experiências e condições dos assentados rurais influenciam seu engajamento político e apreço condicional pelos ideais republicanos em contextos de política não institucionalizada. Buscamos entender as motivações e os fatores que

moldam esse comportamento, contribuindo para um entendimento mais profundo das interações entre política e reforma agrária no Brasil.

Apesar da relevância das lutas camponesas e da reforma agrária no Brasil, há uma lacuna significativa na literatura existente no que diz respeito ao entendimento de como os assentados rurais desenvolvem seu engajamento político e apreço pelos ideais republicanos em contextos de política não institucionalizada. A maioria dos estudos foca nas formas institucionais de participação política, negligenciando a importância das formas não convencionais de engajamento que ocorrem fora das estruturas formais do Estado. Este artigo pretende preencher essa lacuna, fornecendo uma análise de como as condições e experiências dos assentados moldam suas dinâmicas de participação política e suas percepções sobre os ideais republicanos.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia utilizada neste estudo inclui uma abordagem qualitativa. A análise documental abrangeu literatura acadêmica relevante.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico tem como objetivo fundamentar a análise das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que permeiam a questão agrária no Brasil, com ênfase nas lutas camponesas e na reforma agrária. Parte-se de uma abordagem histórica e crítica, que evidencia a marginalização dos camponeses e sua resistência frente à concentração fundiária e às estruturas de poder dominantes. Além disso, são discutidos os impactos da globalização, o papel dos movimentos sociais e as formas de participação política, especialmente aquelas que se desenvolvem fora das instituições formais. Nesse contexto, o referencial articula diferentes perspectivas teóricas que contribuem para compreender o engajamento político dos assentados rurais e sua relação com os direitos fundamentais e os ideais republicanos, oferecendo base analítica para o desenvolvimento do estudo.

2.1 Contextualização Histórica e Social

Os camponeses brasileiros, historicamente marginalizados, sempre desempenharam um papel crucial nas lutas pela terra e pela reforma agrária. A luta camponesa é frequentemente caracterizada por sua resistência à expropriação e expulsão de suas terras, que são fundamentais não apenas para sua sobrevivência econômica, mas também para sua existência social como classe. A sobrevivência social dos camponeses está intimamente ligada à sua capacidade de manter a posse da terra e a autonomia sobre seus modos de produção e vida (Mesquita, 2011).

As elites dominantes no Brasil frequentemente construíram uma imagem pejorativa dos camponeses, tentando reificar sua realidade e negar a legitimidade de suas lutas e direitos. Esse processo de estigmatização tem o objetivo de enfraquecer a base de sua dominação, apresentando o camponês como um sujeito atrasado, ingênuo e incapaz de participar ativamente do processo histórico e político (Mesquita, 2011). No entanto, essa visão é desafiada pelas contínuas lutas camponesas que reivindicam a reforma agrária e o reconhecimento de seus direitos (Martins, 1981).

2.2 Questão da Reforma Agrária

A reforma agrária no Brasil enfrenta um grande desafio: a sua incompatibilidade com o projeto capitalista dominante. As políticas agrárias historicamente favoreceram a concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários, enquanto marginalizaram os pequenos agricultores (Fernandes, 2005). Esse modelo de desenvolvimento perpetua a desigualdade social e econômica, dificultando a vida dos camponeses que dependem da terra para sua subsistência (Abramovay, 1982).

Os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm desempenhado um papel fundamental na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Eles não apenas organizam ocupações e reivindicações de terra, mas também promovem a conscientização e a formação política dos camponeses (Ramos Filho, 2014). Esses movimentos buscam desafiar a lógica capitalista e promover um modelo de desenvolvimento que seja inclusivo e sustentável (Cardoso, 1978).

Os camponeses enfrentam muitos desafios em sua luta pela terra, incluindo a violência dos grandes proprietários e a repressão do Estado. No entanto, eles continuam a resistir e a buscar formas de organização e mobilização que lhes permitam defender seus direitos e modos de vida (Mesquita, 2011). A luta pela terra é, portanto, uma luta pela sobrevivência social e pela manutenção de uma identidade coletiva que resiste à homogeneização imposta pelo modelo capitalista (Gonçalves, 2008).

2.3 Lutas pela Terra e Globalização

A luta pela terra no Brasil é um aspecto central da Questão Agrária, envolvendo uma série de desafios históricos e contemporâneos. A política agrária no Brasil tem sido marcada por tensões entre as demandas dos movimentos sociais e os interesses do grande capital. No

Maranhão, por exemplo, a política agrária sob o governo Roseana Sarney tentou equilibrar essas demandas, mas frequentemente negligenciou as necessidades reais dos camponeses, resultando em conflitos violentos e a expulsão de muitas famílias de suas terras (Mesquita, 2011).

A resistência dos camponeses brasileiros é uma resposta à exclusão e marginalização impostas pelo modelo de desenvolvimento agrário centrado no agronegócio. Este modelo privilegia a grande propriedade e a exportação, desconsiderando as necessidades e direitos das comunidades rurais (Ramos Filho, 2014). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) exemplifica a organização e a resistência dos camponeses brasileiros, lutando não apenas pela terra, mas por um modelo de desenvolvimento que seja inclusivo e sustentável (Ramos Filho, 2014).

A globalização apresenta desafios significativos para os camponeses, especialmente no contexto da liberalização do comércio agrícola. Esse fenômeno tende a beneficiar grandes corporações, marginalizando pequenos agricultores e exacerbando as desigualdades estruturais no campo. Marcel Mazoyer, em "Defendendo o Campesinato em um Contexto de Globalização", argumenta que a globalização cega e liberal exclui os pobres e propõe uma globalização organizada que beneficie a todos (Mazoyer, 2001). Mazoyer destaca a necessidade de políticas de apoio à agricultura familiar e sustentável como meio de combater a pobreza e a desnutrição.

5

Por outro lado, Marta Harnecker, em "Tornar Possível o Impossível", defende que as estratégias revolucionárias devem ser adaptáveis às realidades socioeconômicas e políticas. Ela enfatiza a importância de construir poder popular e formar alianças estratégicas para ampliar a força e o alcance dos movimentos de esquerda (Harnecker, 2002). Essas perspectivas são essenciais para entender como os camponeses podem resistir às dinâmicas adversas impostas pela globalização e lutar por um modelo de desenvolvimento mais justo e inclusivo.

No Brasil, movimentos como o MST exemplificam a resistência camponesa contra a globalização neoliberal. Formado para combater a concentração de terras e promover a reforma agrária, o MST utiliza estratégias de ocupação de terras, criação de assentamentos e mobilizações sociais para visibilizar e reivindicar os direitos dos camponeses (MST, 2022). A Via Campesina, um movimento internacional que reúne organizações camponesas de diversas partes do mundo, atua na defesa da soberania alimentar e dos direitos dos camponeses, promovendo uma agenda de justiça social e ambiental (MST, 2022).

2.4 Política e Direitos Fundamentais

A teoria da política não institucionalizada, conforme discutida por Santos (2000), sugere que a participação política pode se manifestar fora das estruturas formais, dependendo das necessidades e conveniências dos participantes. Carter (2010) reforça a ideia de que o MST desafia a estrutura agrária injusta, contribuindo para a democratização da sociedade e o desenvolvimento rural sustentável.

Os ideais republicanos são baseados nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, conforme discutido por Bobbio (1992) e Bonavides (2019). Esses ideais são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e justa.

A política não institucionalizada refere-se a formas de participação política que ocorrem fora das estruturas formais do Estado. Essa abordagem permite que os assentados rurais se envolvam politicamente de maneira flexível e condicional, conforme suas necessidades e interesses específicos.

A aliança condicional é um conceito que descreve a forma como os assentados rurais se mobilizam politicamente quando isso é conveniente para a realização de seus objetivos. Essa mobilização pode ser esporádica e baseada em circunstâncias específicas, como a necessidade de garantir direitos ou acesso a recursos.

Segundo Lênin (1982), a transição do feudalismo para o capitalismo na Rússia impactou profundamente a vida dos camponeses, levando a novas formas de exploração e resistência. Esta análise oferece uma perspectiva valiosa sobre as dinâmicas das lutas camponesas em contextos de mudanças econômicas significativas (Lênin, 1982).

Kautsky (1980) discute como o capitalismo transforma a produção rural, afetando a relação entre capitalistas e proletários e destacando a existência de modos de produção pré-capitalistas. Essa visão é essencial para entender a complexidade das classes sociais e suas lutas no campo (Kautsky, 1980).

Fabrini, em seu estudo, ressalta que, apesar da resistência à dominação do agronegócio, os camponeses enfrentam dilemas políticos e sociais, muitas vezes adotando posturas que se alinham aos interesses contrários às suas lutas (Fabrini & Roos, 2009).

Stedile (2020) aborda as reformas agrárias ao redor do mundo, evidenciando a diversidade dessas iniciativas e sua influência nas políticas e movimentos camponeses. Este

contexto global ajuda a compreender as particularidades da luta pela reforma agrária no Brasil (Stedile, 2020).

A análise global das lutas camponesas, como explorada por Stedile (2020), oferece uma perspectiva essencial para entender como as experiências de reforma agrária ao redor do mundo influenciaram as lutas no Brasil. Essas experiências demonstram uma variedade de abordagens e resultados, refletindo diferentes contextos políticos e econômicos (Stedile, 2020).

Complementarmente, as observações de Lênin (1982) sobre a transformação do campesinato russo destacam a natureza universal das lutas camponesas em face das mudanças socioeconômicas provocadas pelo capitalismo. Esta perspectiva é valiosa para entender as similaridades e diferenças nas lutas camponesas ao longo da história e em diferentes contextos nacionais (Lênin, 1982).

Kautsky (1980), ao analisar o impacto do capitalismo na agricultura, é fundamental para compreender a evolução das relações de propriedade rural e as consequentes lutas camponesas. Kautsky enfatiza como a estrutura de classes no campo é afetada pelas transformações econômicas, moldando a natureza das lutas camponesas (Kautsky, 1980).

Essas análises, em conjunto com as contribuições de Fabrini e Martins sobre o contexto específico do Brasil, formam uma base sólida para entender como as lutas camponesas globais e brasileiras influenciaram a formação dos direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988.

O referencial teórico apresentado oferece uma base robusta para entender as dinâmicas do engajamento político dos assentados rurais e sua relação com os ideais republicanos em contextos de política não institucionalizada.

A análise histórica e social destaca a marginalização dos camponeses e a resistência contínua através da reforma agrária e dos movimentos sociais. A discussão sobre a globalização e os desafios contemporâneos reforça a importância da luta camponesa no contexto atual, enquanto a política não institucionalizada e os direitos fundamentais fornecem um quadro para entender as formas de mobilização e participação política dos assentados rurais.

Essas perspectivas teóricas são essenciais para sustentar as discussões e conclusões do artigo, proporcionando uma compreensão aprofundada das interações entre política rural e reforma agrária no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise deste artigo centra-se na compreensão das experiências e condições dos assentados rurais e como essas influenciam seu engajamento político e apreço pelos ideais republicanos em contextos de política não institucionalizada. A abordagem considera as contribuições teóricas de autores como José de Souza Martins, Teodor Shanin, Ricardo Abramovay, e outros, para contextualizar essas dinâmicas.

Os ideais republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e justa. Bobbio (1992) e Bonavides (2019) discutem esses ideais em seus trabalhos, destacando sua importância na promoção de uma sociedade onde todos os cidadãos têm direitos e responsabilidades iguais.

No contexto dos assentados rurais, esses ideais se manifestam na luta por direitos à terra, participação política e reconhecimento social.

Os assentados rurais veem na liberdade a capacidade de decidir sobre suas vidas e terras, na igualdade a justiça social e econômica que lhes foi negada historicamente, e na fraternidade a solidariedade e cooperação entre eles para enfrentar os desafios comuns. Essa perspectiva republicana é uma força motriz na sua mobilização política.

A política não institucionalizada refere-se a formas de participação política que ocorrem fora das estruturas formais do Estado. Santos (2000) discute essa teoria, sugerindo que a participação política pode se manifestar de maneira flexível e condicional, dependendo das necessidades dos participantes. Para os assentados rurais, essa forma de política permite uma mobilização que se ajusta às suas condições específicas e estratégias de sobrevivência.

A análise dos movimentos camponeses, como o MST, demonstra que a política não institucionalizada é uma resposta às limitações e exclusões impostas pelas estruturas políticas formais. Martins (1981) e Abramovay (1982) exploram como os camponeses se organizam e mobilizam fora das instituições oficiais para reivindicar seus direitos e recursos. Esses movimentos utilizam ocupações de terra, manifestações e outras formas de ação direta para desafiar a hegemonia do agronegócio e das elites políticas.

O comportamento dos camponeses, particularmente no que diz respeito à organização familiar, é um aspecto crucial para entender seu engajamento político. Shanin (1985) enfatiza que a existência do camponês como entidade social está intrinsecamente ligada à unidade familiar rural e suas interações com o contexto social mais amplo. As famílias camponesas

funcionam como unidades de produção e reprodução social, onde a luta pela terra não é apenas uma questão econômica, mas também uma luta pela preservação de uma identidade cultural e social.

Essa organização familiar, que tem como núcleo central a família, fortalece a coesão social e facilita a mobilização coletiva em torno das lutas pela terra e pelos direitos.

No contexto dos assentados rurais, a família desempenha um papel central na estruturação das atividades políticas e econômicas. A unidade familiar camponesa é responsável por organizar a produção agrícola, administrar recursos e promover a educação e formação política dos seus membros. Essa organização familiar fortalece a coesão social e facilita a mobilização coletiva em torno das lutas pela terra e pelos direitos. Essas condições específicas dos assentados rurais moldam seu engajamento político.

Historicamente marginalizados e enfrentando a concentração de terras e o poder do agronegócio, esses assentados encontram na política não institucionalizada uma forma eficaz de lutar por seus direitos.

O estudo revela que, apesar de muitas vezes serem excluídos das formas tradicionais de participação política, os assentados desenvolvem um apreço pelos ideais republicanos e se engajam em formas de política que lhes permitem maior controle sobre suas vidas e terras.

9

A contribuição teórica de Shanin (1985) é fundamental para entender a complexidade das identidades camponesas e suas formas de resistência. Ele enfatiza que a luta pela terra não é apenas uma questão econômica, mas também uma luta pela preservação de uma identidade cultural e social. Isso reforça a ideia de que a política não institucionalizada é uma manifestação legítima de resistência e engajamento político, adaptada às realidades específicas dos assentados.

Os desafios enfrentados pelos assentados, como a insegurança jurídica e a falta de acesso a algumas políticas públicas, são exacerbados pelas políticas agrárias que favorecem o agronegócio. Fernandes (2005) e Gonçalves (2008) discutem como essas políticas perpetuam a desigualdade e a marginalização dos pequenos agricultores.

A política não institucionalizada surge, assim, como uma estratégia de resistência e sobrevivência. Em suma, a análise revela que as experiências e condições dos assentados rurais são determinantes para seu engajamento político e apreço pelos ideais republicanos.

A política não institucionalizada permite que esses assentados se mobilizem de maneira flexível e condicional, adaptando-se às suas necessidades específicas e desafiando as estruturas de poder estabelecidas. Este artigo contribui para uma compreensão mais profunda das

interações entre política rural e reforma agrária, evidenciando a relevância das lutas camponesas na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo aprofundou a compreensão das interações entre as experiências dos assentados rurais e seu engajamento político em contextos de política não institucionalizada, destacando o apreço condicional pelos ideais republicanos. A análise revelou que os assentados rurais desenvolvem suas práticas políticas de maneira flexível e estratégica, moldando sua participação de acordo com necessidades específicas. As contribuições teóricas de autores como José de Souza Martins e Teodor Shanin foram fundamentais para contextualizar a marginalização histórica dos camponeses e a sua resistência política.

Martins (1981) explora a importância das lutas camponesas no debate político nacional, destacando que os termos pejorativos usados para descrever os camponeses foram parte de uma estratégia para invisibilizar suas lutas e manter o controle sobre a terra nas mãos das elites. Esta marginalização foi desafiada por movimentos como o MST, que, conforme discutido por Abramovay (1982), vê a luta pela terra como uma questão de vida ou morte para os camponeses, envolvendo a sobrevivência econômica e a continuidade de sua existência como classe social.

10

Além disso, Shanin (1985) enfatiza que a existência do camponês como entidade social está intrinsecamente ligada à unidade familiar rural e suas interações com o contexto social mais amplo. Esta perspectiva é crucial para entender a luta camponesa não apenas como uma busca por sobrevivência econômica, mas também por preservação de uma forma de vida e identidade cultural.

Ao examinar como as condições e experiências dos assentados influenciam seu comportamento político, ficou claro que a política não institucionalizada oferece uma forma de mobilização condicional e estratégica. A luta pela terra e as políticas de reforma agrária, analisadas no contexto do governo Roseana Sarney e das políticas de agronegócio, ilustram os desafios e a resistência enfrentados pelos camponeses.

A pesquisa mostrou que as formas de política não institucionalizada permitem que os assentados se envolvam de maneira que melhor atenda suas necessidades, refletindo uma flexibilidade e adaptabilidade que são essenciais para sua sobrevivência e resistência. Este estudo, ao utilizar teorias dos direitos fundamentais e análises comparativas internacionais, contribui significativamente para a literatura existente, oferecendo uma perspectiva única sobre

a importância histórica e global das lutas camponesas na formação dos direitos e práticas políticas no Brasil.

Em suma, este trabalho não apenas preenche uma lacuna na literatura sobre a interação entre política rural e reforma agrária, mas também evidencia a importância das lutas camponesas e das formas não convencionais de engajamento político na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A compreensão das dinâmicas entre os assentados rurais e os ideais republicanos destaca a relevância contínua da política não institucionalizada e das lutas sociais na transformação da realidade agrária brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (1982). *Lutas sociais no campo (IV Reunião)*. In: *A mão-de-obra volante na agricultura*. CNPq/UNESP/Polis.

BONAVIDES, P. (2019). *História Constitucional do Brasil*. São Paulo: Saraiva.

BOBBIO, N. (1992). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier.

CARDOSO, M. L. (1978). *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERNANDES, F. (2005). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (5ª ed.). São Paulo: Globo.

FABRINI, J. E., & Roos, D. (2009). A resistência camponesa e as diferentes formas de organização coletiva dos assentamentos de Quedas do Iguaçu/PR. In: Fundação Araucária/SETI.

GONÇALVES, M. F. C. (2008). *A invenção de uma Rainha de espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico*. São Luís: EDUFMA.

HARNECKER, M. (2002). *Tornar possível o impossível*.

KAUTSKY, K. (1980). *A Questão Agrária*.

LÊNIN, V. I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

MAZOYER, M. (2001). *Defendendo o campesinato em um contexto de globalização*.

MARTINS, J. de S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

MARTINS, J. S. (1981). *Os Camponeses e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.

Mesquita, B. A. de. (2011). *O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar*. São Luís: EDUFMA.

MST. *Nota Pública do MST sobre Titulação nos Assentamentos de Reforma Agrária*. Disponível em: <https://mst.org.br>.

RAMOS Filho, E. (2014). Reforma agrária e resistência camponesa: um estudo de caso no estado do Maranhão. *Revista Eletrônica Geoaraguaia*, 4(2), 204-220.

SHANIN, T. (1985). *Lições camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

STEDILE, J. P. (2020). *Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo*.